

**A GESTÃO DOS PRÓPRIOS RECURSOS E A IMPORTÂNCIA DO  
PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL**

**Autores**

*Almir Ferreira de Sousa:*

- Professor Livre Docente pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP), é Professor Associado do Departamento de Administração, Área de Finanças, da FEA/USP, São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Endereço: Av. Prof. Luciano Gualberto, 908 – sala G120 – Cidade Universitária – São Paulo/SP – CEP: 05508-010];
- E-mail: <[abrolhos@usp.br](mailto:abrolhos@usp.br)>;
- Telefones: 3814.7619/3091.6077.

*Caio Fragata Torralvo:*

- Bacharelado em Administração de Empresas pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.
- Endereço postal: Rua Palestina 531 apto. 51 Vila Mascote - São Paulo - SP. CEP: 04362-030
- E-mail: <[caioftorralvo@uol.com.br](mailto:caioftorralvo@uol.com.br)>
- Telefones: +55 (11) 5563-4276/ +55 (11) 9934-3898

## **Resumo**

Este artigo aborda o tema administração financeira pessoal, resultado de um projeto de pesquisa de iniciação científica realizado entre agosto de 2002 e julho de 2003.

A pesquisa levantou indícios de que parte da população brasileira possui dificuldades para a gestão das finanças pessoais a partir de duas frentes: disparidade entre receitas e despesas e elevado consumismo, com pouca tendência a poupar. Este trabalho apontou algumas causas para esta situação, enfocando os aspectos psicológicos, sociais e culturais como influenciadores na gestão dos próprios recursos. Deste modo, foram enviados questionários a ex-alunos da FEA-USP com o intuito de avaliar a eficácia de um planejamento financeiro pessoal. As conclusões indicaram que a gestão dos próprios recursos está ligada ao processo de tomada de decisão e que a falta de educação financeira prejudica geralmente a administração dos próprios recursos, assim como evidenciaram alguns benefícios do planejamento financeiro. Finalmente, pode-se notar que a gestão financeira pessoal envolve, entre outros, os aspectos intrínsecos a cada indivíduo e a situação pela qual atravessa, surgindo, a partir daí, inúmeras opções que serão confrontadas no processo de tomada de decisão.

**Palavras-chave:** finanças, finanças pessoais, processo de tomada de decisão, investimentos.

# **A gestão dos próprios recursos e a importância do planejamento financeiro pessoal<sup>(1)</sup>**

## **1. Introdução**

A administração das finanças pessoais é um tema que vem ganhando destaque no Brasil, principalmente, após a implantação do Plano Real, em 1994, com a estabilização da moeda. Desde então, nota-se que o planejamento financeiro pessoal alcançou prazos mais longos, sendo possível prever o valor do dinheiro ao final de alguns meses e até anos.

A estabilidade da economia, neste período, associada à paridade entre o dólar e o real motivou o consumo, principalmente de bens materiais, devido à contenção que trouxe para o aumento de preços. No entanto, mesmo mais estável, a economia brasileira foi influenciada negativamente por algumas crises externas, como a do México, Rússia e Ásia na segunda metade da década de 90. No início de 1999, o regime de câmbio fixo foi substituído pela livre flutuação da moeda, trazendo, com isto, novamente, a possibilidade da inflação descontrolada para os consumidores. O que não ocorreu.

Deste modo, conclui-se que a globalização dos mercados financeiros, com seus altos e baixos, afeta os consumidores de todo o globo, influenciando, inclusive, na gestão financeira pessoal de muitos indivíduos à medida que autoridades utilizam instrumentos de política monetária, como o aumento de taxa de juros, para tentar minimizar tais efeitos na economia de seus países. De fato, o que se vem observando no Brasil, nos últimos três anos, é uma queda do poder aquisitivo da população associada a altas taxas de juros e fraco crescimento econômico.

Apesar destas consideráveis mudanças contempladas pela globalização nos últimos anos e do novo panorama econômico trazido pelo Plano Real, grande parte da população brasileira ainda não possui orientação necessária para se adaptar a essa nova realidade. A educação financeira é infelizmente muito pouco explorada no Brasil, sendo a literatura relacionada à gestão financeira pessoal restrita e o oferecimento de disciplinas correlatas a este tema em cursos regulares de colégios, de faculdades e MBAs praticamente inexistente.

## **2. A influência cultural sobre as finanças pessoais**

O estilo de colonização brasileira e a formação da população nacional influenciaram certamente a cultura no Brasil, presente ainda hoje. Desde a formação do país, a população esteve subjugada a interesses de minorias oligárquicas, que controlavam o poder, direta ou indiretamente, e eram beneficiadas em detrimento da maioria dos indivíduos. Durante os primeiros 300 anos de colonização portuguesa no Brasil, o pacto colonial exigia que a recém descoberta terra, “enquanto fonte produtora de riqueza, devia preencher os interesses mercantilistas do Estado metropolitano e da burguesia mercantil nacional portuguesa” (Silva,1992,p.31). Com a emancipação do país, em 1822, as autoridades portuguesas foram substituídas pela elite agrária brasileira na condição da minoria oligárquica controladora do novo país independente: “o 7 de Setembro foi uma decisão da classe dominante para a classe dominante, formada por fazendeiros e comerciantes, ou seja, por homens ligados à grande propriedade monocultora escravista.” (Silva,1992,p.124).

A proclamação da República, em 1889, pode ser também considerado um ato em vão no que se refere a retirar o poder de elites brasileiras: “a nova elite cafeeira do Oeste Paulista ... se contrapunha à tradicional elite agrária açucareira do Nordeste e à cafeeira fluminense e valeparaibana apegadas ao conservadorismo escravista” (Silva,1992,p.176). Buscando representatividade política, os produtores de café do Oeste Paulista uniram-se aos militares, cujos objetivos eram semelhantes, e foram os principais líderes do movimento republicano, novamente colocando à margem os interesses sociais.

Durante o século XX, o país foi alvo de golpes de Estado, como o realizado por Getúlio Vargas, em 1937, e o liderado pelos militares, em 1964, resultando novamente na condução da política em função de interesses minoritários. Apesar da redemocratização e da promulgação da Constituição de 1988, vigente até os dias de hoje, a sociedade brasileira esteve representada “nos debates constitucionais por entidades ou grupos organizados, verdadeiros lobbies rurais e urbanos que buscavam influenciar as decisões dos constituintes em prol dos grupos que representavam” (Silva,1992, p.325).

Na área econômica, o panorama foi semelhante, com o governo, muitas vezes, intervindo para proteger interesses de minorias que o pressionavam, com o intuito de obterem vantagens sob diversos aspectos. A população foi assolada pela inflação, que

corroía os salários e o valor das mercadorias, e os índices de preços como o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), registraram variações anuais positivas superiores a 300% ao ano entre 1987 e 1993, segundo dados do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA). A moeda mudou de nome algumas vezes – Cruzeiro, Cruzado, Cruzado Novo – o que não garantiu o controle da inflação.

Com tais instabilidades políticas e econômicas, a população em geral não adquiriu a cultura da poupança, principalmente face aos longos períodos de hiperinflação, época em que era preferível consumir a economizar para minimizar as perdas em função da desvalorização real da moeda.

Esta afirmação pode ser reforçada segundo dados do IBGE contidos na Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), sinalizando que apenas 4,52% do recebimento médio mensal familiar corresponde a rendimentos provenientes de aplicações de capital, indicando que a formação de poupança não é um traço marcante na cultura brasileira. Tal percentual chega a atingir 6,84% do recebimento mensal médio de famílias que ganham mais de 30 salários mínimos, o que ainda pode ser considerado um patamar baixo. De acordo com informações do mesmo documento, pode-se inferir também que grande parte das despesas familiares corresponde a gastos com habitação, alimentação, aluguel, perfazendo 80,96% da despesa média mensal familiar. É possível concluir igualmente que parcela considerável da renda do brasileiros é destinada ao consumo, sobretudo de bens materiais, como eletrodomésticos, equipamentos para o lar, som e TV (2,71%), comparada com o patamar de 0,05% destinado à aquisição de livros e revistas técnicas. O consumo é também evidenciado ao notar-se que 8,76% da despesa é destinada à manutenção e aquisição de veículos automotores.

Além disto, é possível observar o perfil consumista da cultura brasileira quando a evolução do número de cartões de crédito, nos últimos anos, é analisada. Assim, de acordo com o Relatório de Conjuntura Econômica do Banco Central do Brasil, publicado no *website* da Instituição, a quantidade de cartões de crédito em circulação atingiu 44,5 milhões ao final de junho de 2003, o que representa uma elevação de 15,6% em relação à quantidade verificada em igual período do ano anterior. Ao mesmo tempo, o número de transações avançou 16,7%, chegando a 306,6 milhões em junho de 2003, em igual

comparação, enquanto o valor total das transações subiu de 24,8%, para R\$ 20,80 bilhões.

Com relação à aquisição de crédito, é possível novamente notar a característica consumista da população brasileira: o montante de crédito com recursos livres, destinados à aquisição de bens, representou 38,4% de todo o volume de crédito para pessoas físicas em junho de 2003, segundo dados do Banco Central do Brasil contidos na Nota para Imprensa sobre Política Monetária e Operações de Crédito, publicada mensalmente no *website* da Instituição, enquanto apenas 2,1% referiam-se a financiamentos imobiliários. Na mesma direção, foram registradas seguidas elevações no volume de empréstimos concedidos por administradoras de cartões de crédito, saltando de 5,4% em junho de 2002 para 8% em igual período de 2003, do total de recursos emprestados, perfazendo R\$ 6,6 bilhões.

As instabilidades político-econômicas também podem ser consideradas fatores para explicar tamanho conservadorismo do brasileiro quando o assunto é investimento. Segundo dados da Associação Nacional de Bancos de Investimento (Anbid), contidos nas Estatísticas Diárias dos fundos de investimento, cerca de 60% de todos os recursos investidos na indústria de fundo de investimento no Brasil, em 19/08/2003, estavam destinados a aplicações em renda fixa e DI, de baixíssimo risco. Ao mesmo tempo, apenas 6,6% do patrimônio da indústria de fundos estava aplicado em fundos de ações e 1,39%, em fundos cambiais, de maior risco.

Grande parte da população ainda opta por aplicações em caderneta de poupança, tradicional investimento do mercado brasileiro caracterizado pelo baixo risco. No entanto, a rentabilidade auferida pelas cadernetas de poupança pode ser considerada insatisfatória e chega até, muitas vezes, a ficar abaixo da inflação medida em determinado período, o que implica perda de dinheiro em termos reais. Mesmo assim, os depósitos em caderneta de poupança alcançaram R\$ 138,8 bilhões em junho de 2003, de acordo com dados presentes na Nota para Imprensa sobre Operações de Crédito no Sistema Financeiro Nacional do Banco Central do Brasil, publicada no *website* da Instituição.

Quando necessitam solicitar crédito, os brasileiros se mostram igualmente conservadores, preferindo pedir dinheiro emprestado com juros pré-fixados. Assim, segundo o mesmo documento do Banco Central, 96% do volume total de crédito com

recursos livres a pessoas físicas, em junho de 2003, correspondiam a empréstimos com juros pré-fixados, sinalizando a grande preferência da população brasileira por essa modalidade de crédito, por ser possível calcular o valor de cada prestação no ato da liberação do empréstimo.

### **3. Dificuldades relacionadas à administração financeira pessoal**

Não se dispõe de dados precisos sobre a porcentagem da população que efetivamente possui problemas na administração das finanças pessoais, ou mesmo de quantos cidadãos não elaboram eficazmente um planejamento financeiro. Isto porque não foram identificadas pesquisas específicas, realizadas por órgãos governamentais ou por institutos especializados em levantamento de dados, em relação a este tema. Além disto, o fato de possuir ou não problemas na administração dos próprios recursos é algo bastante amplo que pode ser classificado em diversos graus de dificuldade, e não somente tabulado em perguntas, cujas respostas sejam binárias. Porém, é razoável admitir-se que grande parcela da população brasileira possui dificuldades para gerenciar seus próprios recursos.

Segundo dados do Banco Central do Brasil, contidos na Nota para Imprensa sobre Política Monetária e Operações de Crédito do Sistema Financeiro, publicada no *website* da Instituição, foram concedidos R\$ 14,6 bilhões em crédito, por meio de cheque especial, em julho de 2003 no Brasil. Este valor corresponde a 53,5% do total de concessões acumuladas naquele período, indicando que muitos recorrem a esta modalidade de crédito para solucionar disparidades entre entradas e saídas de contas correntes, problema que pode estar relacionado a dificuldades com a administração financeira pessoal.

Além disto, elevadas taxas de inadimplência podem indicar também que algumas pessoas possuem problemas para gerir seus próprios recursos. De acordo com o mesmo documento do Banco Central do Brasil, em julho de 2003, 7,3% do montante de recursos emprestados a pessoas físicas estava em atraso de 15 a 90 dias, patamar que sobe para 7,9% para as prestações atrasadas há mais de 90 dias. A inadimplência talvez possa ser explicada pelo fato de a contração de dívidas comprometer orçamentos futuros. O consumidor não leva em conta a possibilidade de ocorrerem imprevistos e o dinheiro

destinado ao pagamento das prestações ter que ser utilizado para satisfação de outras necessidades.

#### **4. O processo de tomada de decisão e a gestão dos próprios recursos**

O processo de tomada de decisão com relação ao consumo tem influência direta sobre a administração financeira pessoal. Quando depara-se com a possibilidade de comprar uma mercadoria ou contratar um serviço, o consumidor é forçado a tomar uma decisão: efetuar a compra e satisfazer um desejo ou poupar. Este processo pode tornar-se bastante complexo, dependendo do grau de envolvimento do consumidor e das influências a que estará submetido. Dentre estas, pode-se citar fatores psicológicos, culturais e sociais, além da influência de campanhas de marketing. Cabe aos profissionais dessa área “estimular a conscientização de seus consumidores sobre suas necessidades” (Engel,2000,p.118) e transformar essas necessidades “em desejos, concentrando-se nos benefícios das necessidades atendidas pelos produtos que estão comercializando” (Sandhusen,2003,p.3). Desta forma, quando os consumidores reconhecem uma necessidade, “eles geralmente se tornam mais receptivos à propaganda que eles antes poderiam ter ignorado completamente” (Engel,2000,p.124).

Com tantos aspectos envolvidos, Engel (2000,p.103) propõe classificar a complexidade dos processos decisórios em uma escala que varia de alto até muito baixo. Quando se trata de um processo de tomada de decisão mais complexo, os indivíduos tendem a resolvê-lo por meio de uma Solução de Problema Ampliada (SPA), momento em que são levantadas várias informações sobre o produto a ser comprado ou serviço a ser contratado e avaliada uma série de alternativas. Este processo ocorre geralmente quando envolve a aquisição de um produto de alto valor financeiro; no entanto, no cotidiano, muitos consumidores recorrem freqüentemente à Solução de Problema Limitada (SPL) ou mesmo a decisões de impacto. No primeiro caso, o indivíduo costuma reduzir sensivelmente o número e a variedade de fontes de informação, alternativas e critérios, utilizados para a avaliação, de forma a simplificar o processo decisório. “Em outras palavras, reconhecimento de necessidade leva à ação de comprar; busca intensa e avaliação são evitadas porque a compra não tem grande importância” (Engel,2000,p.103). Já no segundo caso, pode-se afirmar que ocorre um curto-circuito no processo de reflexão, motivando o consumidor para a ação imediata. É comum este agir de forma

impulsiva, não avaliando muitas opções nem preocupando-se em demasia com as conseqüências de sua atitude.

## **5. Necessidade de um planejamento financeiro pessoal**

Assim, pode-se traçar um paralelo entre a escala relativa ao processo decisório proposta por Engel e a administração das finanças pessoais. Neste sentido, à medida que o consumidor recorrer mais a decisões do tipo SPA e menos a decisões de impacto, haverá maior comprometimento com a gestão financeira pessoal. Este maior comprometimento pode ser materializado pelo planejamento financeiro pessoal, instrumento que pode tornar mais complexo o processo decisório não somente relativo à compra ou não de determinada mercadoria, mas também com relação ao destino da renda pessoal para os mais diversos fins, dentre eles, alimentação, saúde, lazer, entre outros.

Quando planejam suas finanças, os indivíduos se deparam com a necessidade de alocar recursos para a satisfação de necessidades básicas e desejos de consumo. A partir do momento em que esse planejamento é seguido de maneira sistemática para o período programado, é provável que decisões de impacto sejam menos constantes e que o consumidor seja menos influenciado por fatores externos.

Outro fator que justifica a importância da elaboração de um planejamento financeiro pessoal é a possibilidade da complementação, com o aporte sistemático de recursos ao longo da vida, do valor da aposentadoria que será pago pelo sistema público quando o trabalhador não estiver mais na ativa. Isto porque a média dos benefícios concedidos a um aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS), ou seja, para trabalhadores da iniciativa privada, é de apenas R\$ 374,89, segundo informações do Diagnóstico do Sistema Previdenciário Brasileiro do MPAS Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), publicado no *website* do Ministério, o que pode não ser suficiente para que os indivíduos consigam manter o mesmo padrão de vida comparativamente quando estavam na ativa.

Como se não bastasse o pequeno valor, o sistema previdenciário brasileiro encontra-se em precária situação. De acordo com dados do Ministério da Previdência e Assistência Social, o déficit do sistema previdenciário chegou a R\$ 71,4 bilhões em 2002, e a previsão do Ministério aponta que o rombo atinja R\$ 80,1 bilhões em 2003. Tentando combater tamanho déficit, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva aprovou, ao

final de 2003, a reforma da Previdência, uma série de mudanças no regime previdenciário com a intenção de diminuir os gastos para pagamento de aposentadorias e elevar as contribuições previdenciárias. No entanto, para conseguir aprovar a reforma, o governo cedeu a alguns setores da sociedade, e, com isto, é provável que as medidas sancionadas contribuam para diminuir o déficit da previdência em cerca de apenas 10%, colocando em risco a possibilidade de a Previdência Social conseguir arcar no futuro com o pagamento de benefícios de servidores que estão atualmente na ativa.

Para analisar a viabilidade e os benefícios de um planejamento financeiro pessoal, foram enviados questionários a ex-alunos da FEA-USP, os quais foram divididos em três grupos: formados há até 5 anos, ou seja, entre 1998 e 2002, formados há até 10 anos, entre 1993 e 1997 e aqueles formados há mais de 10 anos.

## **6. Considerações finais**

De acordo com os resultados da pesquisa, a maioria dos entrevistados que afirmou realizar algum tipo de planejamento financeiro, comparativamente com o restante da amostra, pretende aposentar-se mais cedo, possui patrimônio líquido superior, recorre menos a financiamentos e, quando o faz, solicita crédito por meio de linhas mais baratas e por menos tempo, além de investir em aplicações mais arriscadas, como em renda variável ou outras opções que permitam maior retorno frente à caderneta de poupança e outras aplicações de baixo risco.

Pelo planejamento financeiro pessoal, é possível para o consumidor delimitar objetivos e tomar decisões de forma a atingi-los, algo que tende a ser uma boa opção para administrar bem os próprios recursos, ou seja, satisfazer necessidades básicas como desejos de consumo e, paralelamente, formar uma poupança que sirva de suporte em caso de problemas inesperados e como garantia de uma aposentadoria sem maiores turbulências no tocante à área financeira.

No entanto, talvez o principal desafio seja justamente alinhar as decisões de acordo com o planejamento financeiro. Muitas vezes, os indivíduos, no dia-a-dia, acabam desviando um pouco das metas em função de algumas razões, como a compra de determinado produto ou serviço que desequilibre o orçamento doméstico. Por isto, é importante que conste do planejamento financeiro uma margem de erro, ou seja, uma banda de flutuação do resultado esperado, para que o controle das finanças não seja

perdido e, simultaneamente, não sejam necessárias muitas privações para alcançar os objetivos.

Parece não haver certo ou errado para classificar a administração das finanças pessoais, assim como não existe fórmula ou algo parecido que possa ser levado à risca e proporcione grande acúmulo de capital. O importante é conciliar os desejos e os objetivos, desde que esta dinâmica, caracterizada por inúmeras tomadas de decisões, proporcione bem-estar e felicidade.

## Notas

(1) Este artigo foi baseado em um projeto de iniciação científica, orientado e elaborado respectivamente pelos autores mencionados na capa deste artigo, e apresentado ao PIBIC (Projeto Institucional de Bolsas de Iniciação Científica) em agosto de 2003, vinculado ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

## 7. Referências bibliográficas

BEI Comunicação. *Como cuidar do seu dinheiro*. São Paulo: 2001.

BUENO, F. da S. *Grande dicionário etimológico-prosódico da Língua Portuguesa*. São Paulo: Editora Lisa, 1988.

CALDEIRA, J., CARVALHO, F., MARCONDES, C., PAULA, S. G. *Viagem pela História do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

CAMPOS, R. de C. B. *Estudos de história: antiga e medieval*. São Paulo: Atual, 1988.

COURDY, J.-C. *O banzai da economia japonesa*. Rio de Janeiro: Record, 1982.

ENGEL, J. F., BLACKWELL, R. D., MINIARD, P. W. *Comportamento do consumidor*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2000.

FERREIRA, A. B. de H. *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FRANKENBERG, L. *Seu futuro financeiro*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

GIANNETTI, E. *Felicidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HAYASHI, F. *Understanding saving: evidence from the United States and Japan*. Cambridge: The Massachusetts Institute of Technology Press, 1997.

HALFELD, M. *Investimentos: como administrar melhor seu dinheiro*. São Paulo: Fundamento Educacional, 2001.

HARNECKER, M. *O Capital: conceitos fundamentais*. São Paulo: Global, 1978.

HOUAISS, A., VILLAR, M. de S., FRANCO, F. M. de M. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HUBERMAN, L. *História da riqueza do homem*. 21. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1986.

KURTZMAN, J. *A morte do dinheiro*. São Paulo: Atlas, 1994.

LUQUET, M. *Guia Valor Econômico de finanças pessoais*. São Paulo: Globo, 2000.

MELLO, L. I., COSTA, L. C. A. *História moderna e contemporânea*. São Paulo: Scipione, 1996.

PRICE, D. L. *Terapia do dinheiro*. São Paulo: Best Seller, 2001.

ROBBINS, S. P. *Comportamento organizacional*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1999.

ROCHA, R. H., VERGILI, R. *Esticando a mesada*. São Paulo: Saint Paul, 2002.

SANDHUSEN, L. R. *Marketing básico*. São Paulo: Saraiva, 2003.

SANTOS, C. da C. *Práticas de planejamento econômico-financeiro*. São Paulo, 1981, 151 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo.

SCALZARETTO, R. *Geografia geral*. São Paulo: Scipione, 1995.

SILVA, F. de A. *História do Brasil*. São Paulo: Moderna, 1992.

TIME-Life Books. *Japão – Série Nações do Mundo*. Rio de Janeiro: Cidade Cultural, 1997.

VASCONCELLOS, M. A. S. *Economia: micro e macro*. São Paulo: Atlas, 2001.

VASCONCELLOS, M. A. S., GARCIA, M. E. *Fundamentos de economia*. São Paulo: Saraiva, 2000.

WEATHERFORD, J. M. *A História do dinheiro: do arenito ao cyberspace*. São Paulo: Negócio Editora, 2000.